



COORDENADORIA  
DE CONVÊNIOS  
E CONTRATOS

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 062/2024/TJPA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES, SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ E POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.**

**TERMO DE ADESÃO**

TERMO DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 62/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES, SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ E POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE CASTANHAL, com sede na Av. Barão do Rio Branco, nº 2232, Bairro Centro, Castanhal/PA, CEP: 68743-050, CNPJ 05.121.991/0001-84, doravante denominado ADERENTE, neste ato representada pelo Prefeito, o Excelentíssimo Sr. PAULO SÉRGIO RODRIGUES TITAN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente instrumento, aderir ao Acordo de Cooperação Técnica n. 062/2024, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a Secretaria de Estado das Mulheres, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, a Polícia Militar do Estado do Pará e a Polícia civil do Estado do Pará, cujo objeto é a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, previamente selecionadas pelo juízo com competência para julgar os processos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

*CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com vigência até o término do Acordo de Cooperação Técnica.*



COORDENADORIA  
DE CONVÊNIOS  
E CONTRATOS

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

CLÁUSULA SEGUNDA – Para viabilizar o cumprimento do referido acordo no âmbito de sua competência, o fiscal designado no Plano de Trabalho será o ponto focal perante o Tribunal de Justiça do Pará para a concentração do diálogo relacionado aos processos de trabalho definidos naquele acordo, os quais avaliarão periodicamente, no âmbito de sua competência, oportunidades de *Protocolos de Execução do Instrumento de Cooperação que adere.*

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO PARTÍCIPE ADERENTE

- Compete à Polícia Militar:

a) Fazer o monitoramento da Patrulha Maria da Penha;

b) Disponibilizar policiais militares para composição da equipe da Patrulha Maria da Penha, sendo, no mínimo, 06 (seis);

c) Disponibilizar veículo para ficar à disposição da Patrulha Maria da Penha;

d) Disponibilizar número telefônico a fim de que as mulheres com medias protetivas inseridas no programa possam acionar de forma mais célere a polícia;

e) Disponibilizar viatura policial para o trabalho da Patrulha Maria da Penha;

f) Realizar o atendimento de emergência.

- Compete à Patrulha Maria da Penha:

a) Fiscalizar cumprimento das medidas protetivas deferidas pelas 1ª e 2ª Varas Criminais de Castanhal e encaminhá-las, caso seja necessário, à Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher – DEAM, onde houver, ou para as delegacias regionais, para realização dos procedimentos legais e assisti-las no que for necessário;

b) Realizar visitas periódicas às vítimas, inseridas no programa Patrulha Maria da Penha por três policiais, sendo preferencial que um deles seja do sexo feminino. O acompanhamento poderá ainda ser realizado por contato telefônico, nos casos de pedido expresso da vítima;

c) Orientar as vítimas de violência doméstica e familiar quanto aos seus direitos, bem como a questões da sua segurança;

d) Informar por meio do formulário próprio, preferencialmente eletrônico, ao juízo responsável pelo processo sobre o acompanhamento realizado às vítimas;





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

e) Detectado qualquer indício de descumprimento das medidas protetivas, deverá a Patrulha informar o fato imediatamente ao Juízo competente.

- Compete à Prefeitura Municipal de Castanhal, via Guarda Municipal:

a) Atuar em conjunto com o 5º BPM no monitoramento da Patrulha Maria da Penha;

b) Disponibilizar 01 (uma) sala na sede da Guarda Municipal para instalação da Patrulha Maria da Penha;

c) Disponibilizar guardas municipais para a composição de equipe municipal da Patrulha Maria da Penha;

d) Disponibilizar número telefônico, com dados móveis para o pleno funcionamento da Patrulha.

- Compete à Prefeitura Municipal de Castanhal, via Secretaria de Assistência Social:

a) Dar prioridade ao atendimento da mulher inserida no Programa Maria da Penha na rede socioassistencial;

b) Realizar o acompanhamento psicossocial e articulação com os órgãos dos demais serviços do Município (aluguel social, rede habitacional, transporte fluvial, entre outros);

c) Viabilizar a rede de apoio e atendimento assistencial ao homem autor da violência doméstica, como forma de proteção;

- Compete à Prefeitura Municipal de Castanhal, via Secretaria de Administração:

a) Disponibilizar servidor administrativo à Patrulha Maria da Penha;

b) Aparelhar o espaço onde irá funcionar a Patrulha Maria da Penha;

c) Fornecer mensalmente material de expediente para as demandas administrativas (papel, canetas, tinta para impressora, dentre outros);

d) Plotar a viatura da Polícia Militar e Guarda Municipal com a logo da Patrulha Maria da Penha;

- Compete à Prefeitura Municipal de Castanhal, via Secretaria da Saúde:

a) Encaminhar casos de violência doméstica à rede de acompanhamento – CREAS, CRAS, CADOST-CTA, apresentando formas de acompanhamento e intervenção de equipes multidisciplinares;



COORDENADORIA  
DE CONVÊNIOS  
E CONTRATOS  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Rua 19 de Abril, 100 - Belém, PA

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- b) Promover ações de conscientização sobre todas as formas de violência à mulher através de Ações Educativas na Rede de Atenção à Saúde – RAS (ESFs, E-NASf);
- c) Qualificação profissional sobre violência doméstica para profissionais da Rede de Atenção à Saúde – RAS;
- d) Prestar atendimento ou apoio psicológicos às mulheres e seus familiares vítimas de violência doméstica.

- Compete à Prefeitura Municipal de Castanhal, via Secretaria de Indústria e Comércio:

- a) Ofertar cursos profissionalizantes às vítimas de violência doméstica;
- b) Encaminhamento para vagas de empregos juntos às empresas parceiras.

- Compete ao Conselho Municipal da Mulher (sociedade civil)

- a) Monitoramento e indicação de políticas de melhoria dos serviços;
- b) Acompanhamento do número de atendimento feito pela Patrulha;
- c) Fortalecimento das ações de caráter educativo;
- d) Formação/capacitação de diversos assuntos à rede atendimento à mulher;
- e) Fiscalização do serviço.

CLÁUSULA QUARTA – O TJPA providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, na Imprensa Oficial do Estado do Pará.

E por estar de pleno acordo, esse Município assina o presente Termo de Adesão, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Belém, 25 de outubro de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
PAULO SÉRGIO RODRIGUES TITAN  
Prefeito de Castanhal



de 1º de abril de 2021, para a contratação da Concessionária EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, inscrita no CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80, para a prestação de Fornecimento de energia elétrica, de alta e baixa tensão, para cerca de 192 unidades consumidoras onde funcionam as unidades administrativas e judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, localizadas na Capital, Região Metropolitana e Interior do Estado, tendo como valor estimado anual R\$14.400.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos mil reais), conforme condições e exigências estabelecidas nos termos da instrução constante no TJPA-PRO-2023/01365.// Belém, 29 de outubro de 2024.// Responsável pela assinatura: VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JÚNIOR – Secretário de Administração do TJPA.

**Protocolo: 1138525**

### CONVÊNIO

**Extrato do 11º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE MARITUBA, inscrito no CNPJ 01.611.666/0001-49, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura: 25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Patrícia Ronielly Ramos Alencar Mendes – Prefeita Municipal de Marituba.

**Protocolo: 1138510**

**Extrato do 12º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE MOJÚÍ DOS CAMPOS, inscrito no CNPJ 17.349.848/0001-23, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura: 25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Marco Antônio Machado Lima – Prefeito Municipal de Mojuí dos Campos.

**Protocolo: 1138512**

**Extrato do 13º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO, inscrito no CNPJ 34.626.416/0001-31, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura: 25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Valdir Lemes Machado – Prefeito Municipal de Novo Repartimento.

**Protocolo: 1138513**

**Extrato do 14º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, inscrito no CNPJ 22.980.999/0001-15, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura: 25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Darcil José Lermen – Prefeito Municipal de Parauapebas.

**Protocolo: 1138514**

**Extrato do 15º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE SANTARÉM, inscrito no CNPJ 05.182.233/0001-76, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura: 25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Francisco Nélio Aguiar da Silva – Prefeito Municipal de Santarém.

**Protocolo: 1138516**

**Extrato do 17º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE BAIÃO, inscrito no CNPJ 05.425.871/0001-70, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura: 25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Lourival Menezes Filho – Prefeito Municipal de Baião.

**Protocolo: 1138519**

**Extrato do 10º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE MARABÁ, inscrito no CNPJ 05.853.163/0001-30, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura: 25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Sebastião Miranda Filho – Prefeito Municipal de Marabá.

**Protocolo: 1138507**

**Extrato do 16º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU, inscrito no CNPJ 05.421.300/0001-68, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura: 25/10/2024. // Responsável pela assinatura: João Cleber de Souza Torres – Prefeito Municipal e Adriana Neves Torres – Presidente da Câmara de Vereadores de São Félix do Xingu.

**Protocolo: 1138518**

**Extrato do 18º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE JACAREACANGA, inscrito no CNPJ 10.221.745/0001-34, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura: 25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Sebastião Aurivaldo Pereira Silva – Prefeito Municipal de Jacareacanga e Giovani Amâncio Caetano Kaba Munduruku – Presidente da Câmara de Vereadores de Jacareacanga.

**Protocolo: 1138522**

**EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 062/2024-TJPA//** Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do TJPA- CEVID, Secretaria de Estado das Mulheres do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Pará, Polícia Civil do Estado do Pará e Polícia Militar do Estado do Pará.// Objeto: Formalização do Programa Patrulha Maria da Penha, com o objetivo de fortalecer ações de proteção dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, por meio do monitoramento das Medidas Protetivas de Urgência e da promoção da segurança pública. Visa fomentar a colaboração entre os participantes, promovendo ações conjuntas que reforcem a defesa dos direitos das mulheres no Estado do Pará e contribuam para a implementação de políticas públicas eficazes.// Valor: sem repasse de valores.// Vigência: 60 (sessenta) meses, com início em 25/10/2024 e término em 25/10/2029.// Data da Assinatura: 25/10/2024.// Responsável pela assinatura: Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos – Desembargadora Presidente do TJPA e Maria de Nazaré Saavedra Guimarães – Desembargadora Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do TJPA- CEVID.

**Protocolo: 1138469**

**Extrato do 1º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, inscrito no CNPJ 05.105.127/0001-99, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do



PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura:25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Francinete Maria Rodrigues Carvalho– Prefeita Municipal de Abaetetuba.

**Protocolo: 1138475**

**Extrato do 6º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE CASTANHAL, inscrito no CNPJ 05.121.991/0001-84, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura:25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Paulo Sérgio Rodrigues Titan– Prefeito Municipal de Castanhil.

**Protocolo: 1138487**

**Extrato do 2º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE ANANINDEUA, inscrito no CNPJ 05.058.441/0001-68, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura:25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Daniel Barbosa Santos– PrefeitoMunicipal de Ananindeua.

**Protocolo: 1138480**

**Extrato do 3º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE BARCARENA, inscrito no CNPJ 05.058.458/0001-15, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura:25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Renato Ogawa Rodrigues– PrefeitoMunicipal de Barcarena.

**Protocolo: 1138481**

**Extrato do 4º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE BELTERRA, inscrito no CNPJ 01.614.112/0001-03, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura:25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Jocielcio Castro Macedo– PrefeitoMunicipal de Belterra.

**Protocolo: 1138483**

**Extrato do 9º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE ITAITUBA, inscrito no CNPJ 05.138.730/0001-77, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura:25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Dirceu Biolchi– PrefeitoMunicipal de Itaituba.

**Protocolo: 1138498**

**Extrato do 5º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS, inscrito no CNPJ 01.613.321/0001-24, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção

das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura:25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Josemira Raimunda Diniz Gadelha– PrefeitaMunicipal de Canaã dos Carajás.

**Protocolo: 1138484**

**Extrato do 7º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE COLARES, inscrito no CNPJ 05.835.939/0001-90 , adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura:25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Maria Lucimar Barata– PrefeitaMunicipal de Colares.

**Protocolo: 1138494**

**Extrato do 8º Termo de Adesão ao Convênio nº. 062/2024-TJPA//** O MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ, inscrito no CNPJ 05.351.606/0001-95, adere ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.// Objeto: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica a implementação do PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA, que objetiva garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos de fiscalização e monitoramento para o cumprimento das Medidas Protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.// Data da assinatura:25/10/2024. // Responsável pela assinatura: Job Xavier Palheta Júnior– PrefeitaMunicipal de Vigia de Nazaré.

**Protocolo: 1138495**

## OUTRAS MATÉRIAS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 075/2024/TJPA – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2024/TJPA // TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ //** Objeto: Registro de Preços a aquisição futura de expansão de solução de hiperconvergência, em conjunto com os respectivos serviços de implantação, instalação, configuração, integração, suporte técnico, transferência de conhecimento e assistência técnica/manutenção preventiva, para atender as demandas atuais e futuras dos órgão partícipes desta contratação, mediante licitação regida pela Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente pela Resolução CNJ nº 468, de 2022 // Empresa: SAADTECH LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 37.867.342/0001-13, com sede na Rua 5, Chácara 116, Lote 01 E, Sala 310, Edifício Vogue – Setor Habitacional Vichnete Pires, Cidade de Brasília, Distrito Federal, Telefone n.º (61) 3541-0258, E-mail: comercial@saadtech.com.br // Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação objeto desta ata correrão à conta de recursos consignados no orçamento do TJPA para os exercícios alcançados pelo prazo de vigência da ata de registro de preços, a cargo do TJPA, tomadas as cautelas de realização de empenho prévio a cada demanda para execução do objeto da presente ata, cujos respectiva nota de empenho // Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura // Data da assinatura: 31/10/2024. // Responsável pela assinatura: VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR – Secretário de Administração do TJPA, // Ordenador Responsável: Miguel Lucivaldo Alves Santos.

**Protocolo: 1138609**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 076/2024/TJPA – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2024/TJPA // TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ //** Objeto: Registro de Preços a aquisição futura de expansão de solução de hiperconvergência, em conjunto com os respectivos serviços de implantação, instalação, configuração, integração, suporte técnico, transferência de conhecimento e assistência técnica/manutenção preventiva, para atender as demandas atuais e futuras dos órgão partícipes desta contratação, mediante licitação regida pela Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente pela Resolução CNJ nº 468, de 2022 // Empresa: CLM SOFTWARE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.092.332/0003-3, com sede na Rua Samuel Meira Brasil -394 – Sala 29, Bairro Taquara II, Cidade da Serra, Estado do Espírito Santo, Telefone n.º(11) 941573679, E-mail: public.setor@clm.tech // Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação objeto desta ata correrão à conta de recursos consignados no orçamento do TJPA para os exercícios alcançados pelo prazo de vigência da ata de registro de preços, a cargo do TJPA, tomadas as cautelas de realização de empenho prévio a cada demanda para execução do objeto da presente ata, cujos respectiva nota de empenho // Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura // Data da assinatura: 31/10/2024. // Responsável pela assinatura: VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR – Secretário de Administração do TJPA, // Ordenador Responsável: Miguel Lucivaldo Alves Santos.

**Protocolo: 1138625**